



ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL
DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

RELATÓRIO Nº 8 / 2023 PREVCOM-BRC/DIRIN-15848

RELATÓRIO DE INVESTIMENTO/MAIO-2023

COMITE DE INVESTIMENTOS – Resolução DE nº 08, de 30 de julho de 2018

1 – RETROSPECTIVA

Em semana marcada por dados de inflação relevantes, o Ibovespa encerrou em alta de +0,1% aos 104.432 pontos. No mês de abril o índice teve alta de 2,5%. Como destaques positivos da semana, tivemos 3R (RRRP3), que subiu mais de 15% após seu resultado do 1T23 surpreender o mercado. Na ponta negativa, Assaí (ASAI3) caiu mais de 5% na semana, com papéis do setor de consumo sofrendo após a queda na confiança do consumidor afetar papéis ligados ao consumo.

No Brasil, o IPCA-15 avançou 0,57% na comparação mensal, levemente abaixo da expectativa. Em relação à variação acumulada em 12 meses, a inflação recuou de 5,36% em março para 4,16% em abril, a menor leitura desde outubro de 2020. Nosso time de Economia da XP mantém as previsões de alta de 6,2% para o IPCA de 2023 e 5,0% para o IPCA de 2024. No campo político, a atenção segue voltada para o arcabouço fiscal. O ministro do STF, André Mendonça, suspendeu o julgamento dos processos relacionados à possibilidade de exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O ministro reivindicou o tema para ser julgado no plenário do STF por entender que se trata de questão constitucional. A medida tem sido considerada fundamental na estratégia do ministro Fernando Haddad para aumentar a arrecadação tributária e viabilizar o novo arcabouço fiscal em debate no Congresso. A equipe econômica pretende arrecadar até R\$ 85 bilhões com a iniciativa.

Nos EUA, a temporada de resultados segue intensa, com semana importante de balanços das big techs. Amazon, Meta, Alphabet e Microsoft reportaram seus resultados, que agradaram os mercados com bons números de receita e desempenho no setor de computação em nuvem e publicidade. Nos dados econômicos, o PCE – a medida de inflação preferida do Federal Reserve – continuou a mostrar resiliência, reforçado por um mercado de trabalho ainda aquecido. A leitura reforça a possibilidade de que o Fed deve optar por uma alta de 0,25% na taxa de juros na reunião da semana que vem. O crescimento do PIB no 1T23 apresentou uma expansão de 1,1% em relação ao trimestre anterior. Esse resultado ficou abaixo das expectativas do mercado representou uma desaceleração em relação ao crescimento registrado em 2022, que foi de 2,1%.

Por fim, na China, segundo dados do Bank of America, o volume empresas chinesas que decepcionaram as estimativas foi 3 vezes maior do que as que superaram em 2022. O sentimento negativo tem corroborado para revisões baixistas nas projeções de lucros por parte dos analistas. Além disso, os resultados ruins do lucro industrial da China no 1T23, que caíram -21,4% na base anual, indicam que o governo deverá manter uma política mais expansionista no curto prazo.

Notícia positiva para o Brasil dentro do mês de abril foi o recuo da moeda americana frente ao real. O Dólar fechou a semana com queda de -1,22% em relação ao Real, em R\$ 4,99/US\$. A resiliência do real frente ao dólar na última semana, pode ser explicada por alguns dados macroeconômicos divulgados recentemente, como por exemplo, o IBC-Br, da atividade econômica, vindo mais forte do que o esperado para o mês de fevereiro, quando subiu em 3,32%, contra uma projeção de

1,2%, além da taxa de desemprego que subiu em 8,8% para o trimestre terminado em março, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), no entanto, abaixo da mediana esperada que era de 8,9%.

Os respectivos dados jogam a favor da moeda local, uma vez que pode ser um sinal de que a economia ainda não está livre das pressões inflacionárias e por consequência, não estando livre de uma taxa de juros mais baixas adotadas nas próximas reuniões do COPOM.

A taxa de desemprego no Brasil em 8,8% representa o menor recuo na média móvel desde 2015, quando na oportunidade, naquele trimestre a taxa de desemprego recuou para 8% contra o trimestre anterior, de outubro a dezembro do respectivo ano. Atualmente, estimasse que 9,4 milhões de pessoas desocupadas estão à procura de emprego.

Na prévia do PIB para o mês de fevereiro, a economia brasileira cresce em 3,3, o resultado positivo levou o Índice de Atividade econômica aos 147,49 pontos, representando o maior nível dos últimos nove anos, segundo apontamentos do Banco Central.

O referido índice é conhecido por apontar o desempenho do produto interno bruto, que mesmo na comparação com o mês passado, apresentou uma alta de 2,76%, e para a comparação anual, o indicador apresenta um avanço de 3,08%.

Já a curva DI para o vértice de janeiro/31 fechou -26 bps na semana, atingindo 12,31%.

Nessa semana, o saldo acumulado da movimentação dos investidores estrangeiros na Bolsa foi negativo em cerca de R\$1,7 bilhões.

2 - RELATÓRIO DE MERCADO – FOCUS

Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a projeção aumentou de 6,04% para 6,05% em 2023. Para 2024, a previsão permaneceu em 4,18%. Para o ano de 2025 e em 2026, a projeção também permaneceu em 4,00%.

A projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) aumentou de 0,96% para 1,00% em 2023, para 2024, permaneceu em 1,41%. Em 2025, a projeção subiu de 1,70% para 1,80%, e para o ano de 2026, se manteve em 1,80%.

A taxa de câmbio em 2023 teve a sua projeção mantida em R\$ 5,20. Para o ano de 2024 teve a projeção mantida em R\$ 5,25. Em 2025 a taxa também foi mantida em comparação com o boletim Focus anterior, ficando em R\$ 5,30 e para o ano de 2026 a taxa permaneceu em R\$ 5,32.

Para a taxa Selic, a projeção para o ano de 2023 se manteve em para 12,50%. Para 2024 a projeção foi mantida em 10%. Já em 2025 a projeção também foi mantida em 9,00% e por fim, para o ano de 2026 a projeção subiu de 8,75% para 8,88%.

3 – PROJEÇÕES

A semana mais curta devido ao feriado do dia dos Trabalhadores no dia de ontem, segunda-feira (01), teremos a reunião do COPOM que decidirá a nova meta para a taxa de juros no país.

A expectativa do mercado, para a próxima decisão do conselho monetário que será divulgada na próxima quarta-feira (03), é que a decisão a ser tomada será de manutenção da taxa nos atuais 13,75%, sendo o maior patamar desde 2017.

Já há um consenso dentro do próprio Banco Central de que a meta da inflação para o ano corrente já se dá por perdida, uma vez que a meta estabelecida está em 3,25% e, segundo a projeção dos últimos boletins Focus está em aproximadamente 6%.

Também na quarta-feira, nos Estados Unidos, a expectativa é de uma nova elevação na meta da taxa de juros do país, para o patamar de 5,25%, ou seja, de um aumento de 0,25%.

Se observado através do baixo desemprego no país de aproximadamente 3,5%, ou seja, em um terreno de “taxa natural de desemprego”, é difícil crer que a economia americana está próxima de

manter a inflação no país no controle ou ao menos, de mostrar sinais de arrefecimento do consumo pelas famílias e empresas.

A meta da inflação dos americanos está em 2%, contra um acumulado nos últimos 12 meses de 4,2% (março). Apesar do dado do índice PCE, publicado nesta última sexta-feira (28), demonstrar um recuo com relação aos 5,1%, também em dozes meses, registrados no mês de fevereiro.

As questões que ficam em aberto, é se a maior economia do mundo poderá atingir o seu objetivo ao final do ano (inflação anualizada em 2%) e o custo a ser pago pelos americanos devido as políticas fiscais e monetárias contracionistas.

4 - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS – PREVCOM-BrC

A alocação estratégica aprovada na política de investimento vigente da entidade deverá observar as seguintes faixas de aplicação de recursos dos planos:

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITE			
	LEGAL Resolução 4994/2022	APLICAÇÃO OBJETIVO	INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	70%	68%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	70%	68%	100%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal	100%	70%	68%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	70%	68%	100%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	20%	0%	20%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	20%	20%	0%	20%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	20%	0%	20%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	20%	0%	20%
Títulos do Agronegócio (CPR, CDCA, CRA e Warrant Agropecuário)	20%	20%	0%	20%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras	20%	20%	0%	20%
Renda Variável	70%	30%	0%	30%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação em segmento especial da BM&Fbovespa	70%	30%	0%	30%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação e que não estejam em segmento especial da BM&Fbovespa	50%	30%	0%	30%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III	10%	10%	0%	10%
Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	3%	0%	3%
Investimentos estruturados	20%	15%	0%	15%
Cotas de fundos de investimento em participações (FIP), Multimercado (FIM) e (FICFIM)	15%	15%	0%	15%
Cotas de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso"	15%	15%	0%	15%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10%	10%	0%	10%
Investimentos Imobiliários	20%	20%	0%	20%
Cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFI)	20%	20%	0%	20%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%	20%	0%	20%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	20%	20%	0%	20%
Investimentos no exterior	10%	10%	0%	10%
Operações com participantes	15%	0%	0%	0%

Os recursos gerenciados através do PGA são originários de subvenções econômicas, taxas de administração e carregamento, além dos recursos advindos dos imóveis da Lei nº 20.052/18.

A subvenção foi negociada com o propósito de que esses recursos sejam utilizados, no momento, para suportar despesas administrativas da Fundação. Esses repasses têm sido realizados em montantes mensais em valor atualmente, bem aproximado das despesas fixas da Fundação. Por essa razão, parte dos recursos vem sendo aplicados em renda fixa uma vez que podem ser utilizados para fazer face às despesas de manutenção da Fundação a qualquer momento.

Os recursos dos imóveis também estão sendo aplicados em ativos de renda fixa, porém de médio prazo (IMAB5). Pela legislação vigente, eles podem ser utilizados para débitos da extinção do PREVCOM-BrC, bem como para a quitação de eventual débito contraído com o órgão jurisdicionante.

Na análise da rentabilidade auferida nos últimos 12 meses, o PGA apresenta um indicador inferior à meta (CDI), 10,25% contra 13,05%, com dados fechados de março-2023. A explicação para tal fato está na composição da carteira no momento. Como 90% dos recursos estão alocados no IMAB5, e este está apresentando retorno em 12 meses de 80% do CDI. Nos próximos meses vamos continuar equalizando os ativos do PGA de forma mais igualitária entre os ativos de curto prazo (IRFM1) e o vinculado ao índice inflacionário (IMAB5).

Quanto ao PGS, os recursos são relativos às contribuições de participantes, juntamente com seus patrocinadores, destinados ao plano de benefício. Esses recursos estão aplicados em sua grande parte em ativos de médio/longo prazos, visto que o desenganche dos mesmos deve ocorrer quando da aposentadoria dos contribuintes ou um eventual resgate/portabilidade, desde que este segurado perca o vínculo com o patrocinador.

A CAIXA Asset, entidade que atende a Fundação nas análises de alocação de ativos, apresentou a família de Fundos de Vértice compostos por NTN-B com vencimentos em 2023, 2024, 2027 e 2030. Estes Fundos são estratégias de renda fixa cujas carteiras são compostas por vencimentos únicos de NTN-B. As aplicações estão disponíveis neste momento porque que a taxa líquida de negociação para estes ativos está maior que a meta atuarial definida pela Portaria MTP nº 1.837/2022, que é IPCA+4,89%a.a., acima do índice de referência do Plano Goiás Seguro (IPCA+3,00%). Como esses fundos possuem carência para resgate, significa dizer que até o vencimento do ativo os recursos aportados serão rentabilizados pela taxa contratada no momento da negociação, trazendo tranquilidade para parcela de investimentos do Plano de Benefícios que esteja alocada nesse tipo de fundo.

Importante esclarecer que alocamos quase R\$ 22 milhões nos Fundos da família Vértice desde abr-22. A rentabilidade real contratada, ponderada até o presente momento, é de 6,19% (valor bruto, será deduzido 0,30% de encargos e txs administrativas da CAIXA Asset), ou seja 5,89% líquido, considerando todas as aplicações feitas até o momento, número expressivamente acima do índice de referência do Plano Goiás Seguro, mostrando que a decisão tomada ao migrar os ativos do Plano para este segmento de aplicação foi satisfatória.

Papel Cota	Data Referência	Taxa NTN-B Contratada	Valor Aplicado	Rentabilidade Bruta ref. abril-23
FI BRASIL 2023 TP RF				
	10/02/2022	6,54	6.715.173,84	2,02
	11/02/2022	6,56	568.793,74	0,17
	04/04/2022	5,66	86.898,94	0,02
	31/05/2022	6,22	536.364,27	0,15
	30/06/2022	7,07	200.000,00	0,07
FI BRASIL 2024 IV TP RF				
	14/02/2022	5,70	1.142.836,16	0,30
	16/02/2022	5,64	1.187.947,68	0,31
	17/02/2022	5,70	28.612,95	0,01
	25/02/2022	5,74	349.663,38	0,09
	03/03/2022	5,75	147.255,75	0,04
	08/03/2022	5,84	556.564,03	0,15
	21/03/2022	5,48	519.915,45	0,13
	30/06/2022	6,20	303.015,90	0,09
	01/07/2022	6,36	22.589,72	0,01
	29/07/2022	6,63	308.085,13	0,09
	16/08/2022	6,33	185.838,54	0,05
	30/08/2022	6,83	353.500,00	0,11
	15/09/2022	6,90	24.982,31	0,01
	30/09/2022	6,59	280.000,00	0,08
	30/11/2022	6,82	776.752,29	0,24
	31/03/2023	6,30	540.657,63	0,16
	04/04/2023	6,28	23.000,00	0,01
FI BRASIL 2027 TP RF				
	29/07/2022	6,01	205.390,09	0,06
	30/08/2022	5,94	353.500,00	0,10
	30/09/2022	5,79	500.590,00	0,13
	01/11/2022	5,55	364.995,33	0,09
	18/11/2022	6,16	297.102,89	0,08
FI BRASIL 2030				
	31/03/2022	5,41	304.121,12	0,08
	29/04/2022	5,55	443.981,27	0,11
	18/05/2022	5,54	254.590,79	0,06
	01/11/2022	5,59	364.995,32	0,09
	22/12/2022	6,27	1.457.737,39	0,42
	31/01/2023	6,22	699.267,36	0,20
	17/02/2023	5,99	299.044,90	0,08
	28/02/2023	6,16	680.200,00	0,19
	28/04/2023	5,76	652.647,85	0,17
			21.736.612,02	6,19

1. Os ativos do Plano de Gestão Administrativa serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5.

JUSTIFICATIVA: O montante de ativos alocados é suficiente para descaixes de curto prazo no custeio e manutenção da entidade e os Fundos de Investimentos FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TP RF e FI CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP.

2. Os ativos do Plano Goiás Seguro nos Fundos vértice 2023/2024/2027/2030

JUSTIFICATIVA: O índice de referência do PGS (IPCA+3%) é menor que a taxa indicativa dos Fundos. Os recursos já alocados obrigatoriamente serão levados ao vencimento dos títulos e os ativos do mês serão avaliados a alocação também para os Fundos Vértice 2023/2024/ 2027/2030 caso ainda estejamos na janela de oportunidade.

GOIANIA, 17 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **MURILO LUCIANO SOUZA BARBOSA**, Diretor, em 18/08/2023, às 16:00, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JORGIVAN MACHADO LEITAO, secretário**, em 18/08/2023, às 16:22, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA NOVANTINO DOS SANTOS, Coordenador (a)**, em 18/08/2023, às 16:34, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL CUNHA FERNANDES, Assessor (a)**, em 18/08/2023, às 16:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, Coordenador (a)**, em 18/08/2023, às 18:09, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **50815955** e o código CRC **8674375B**.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS
AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO 2233, SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA -
Bairro NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 74653-900 - (62)3269-2205.



Referência: Processo nº 202015844000092



SEI 50815955